
O REAL DA PANDEMIA E O SURREAL DO DESGOVERNO: NOTAS SOBRE O TRAUMA BRASILEIRO

Angela Bucciano do Rosário

*Sinto no meu corpo
A dor que angustia
A lei ao meu redor
A lei que eu não queria
Estado Violência
Estado Hipocrisia
A lei que não é minha
A lei que eu não queria
Meu corpo não é meu
Meu coração é teu
Atrás de portas frias
O homem está só*

ESTADO VIOLÊNCIA – TITÃS

O Brasil vem atravessando um período de intensas mudanças impostas pela presença do coronavírus, causador da covid-19. A imprensa não cessa de veicular informações acerca dos avanços da doença em território nacional, os números são crescentes, assim como a politização do enfrentamento da pandemia.

A ideia deste texto é abordar a situação da pandemia da covid-19 no Brasil, destacando o cenário político marcado pela necropolítica. Nessa perspectiva, as afirmações oficiais de teor ilógico em relação à gravidade das consequências da pandemia apontam para a dimensão surreal com que o governo vem tratando uma questão tão complexa.

Buscar a compreensão da situação vivida é sempre problemático, uma vez que estamos inseridos nesse momento e, portanto, não há o distanciamento temporal necessário para uma análise menos “contaminada” do problema. Sabemos das dificuldades em discutir um tema tão contemporâneo, pois, como agentes sociais, estamos mergulhados nele. No entanto, não podemos nos eximir de analisar um acontecimento de extrema relevância, que apresenta um estado de crise política atrelada a uma crise epidemiológica sem precedentes, cujos efeitos – nas subjetividades e, de modo amplo, na sociedade brasileira – ainda são incalculáveis.

É nesse panorama que a psicanálise pode contribuir, em especial o conceito psicanalítico de trauma, que advém do real, como consequência psíquica desse cenário, dada a impossibilidade de elaboração da perda e, tendo como efeito, o advento de (mais) um sintoma na sociedade brasileira.

Da biopolítica à necropolítica: o viés ideológico do surreal do desgoverno

Foucault (1976) discorre sobre a teoria clássica da soberania, em que o direito de vida e de morte era um dos atributos fundamentais do soberano, que tinha o poder de matar e, assim, exercer o direito sobre a vida. O autor fala da transformação operada nos mecanismos, técnicas e tecnologias do poder: antes, centradas no corpo individual – tecnologia disciplinar – e,

posteriormente, uma nova técnica de poder que, diferente da disciplina, se dirige ao ser humano enquanto espécie.

O poder, que tinha como organizador a soberania, ficou inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em vias de explosão demográfica e de industrialização. Assim surge uma segunda tomada de poder sobre o corpo, que não é individualizante, mas massificante – a biopolítica. A biopolítica considera os processos biológicos do humano e assegura sobre ele uma regulamentação.

A diferença da era do poder da soberania para o poder da biopolítica é que o primeiro consiste em poder *fazer morrer* e o segundo em *deixar morrer*. A morte, diferente da ritualização pública que desapareceu desde o fim do século XVIII, tornou-se aquilo que se esconde, a coisa mais privada e mais vergonhosa e que necessita se esconder.

No caso brasileiro, no entanto, a necessidade de ocultar a morte causada pela covid-19 vem em conluio com o discurso ideológico propagado pelo governo. A partir da tentativa de impedir a divulgação de relatórios diários de números de mortes e de infectados no território nacional, vislumbramos o que há de mais vergonhoso e precisa ser ocultado: a nulidade da ação governamental revelada pelo número de mortes que diariamente vem sendo contabilizado no Brasil.

A respeito desse não dito, lembramos com Iazi (2014) que todo discurso ideológico opera uma inversão e produz um ocultamento que vela a compreensão do real. Assim, a omissão de informações revela a face ainda mais cruel desse governo, o encobrimento do real, via discurso ideológico, impedindo que haja uma aproximação, dimensão necessária para o alcance da compreensão e o conseqüente enfrentamento do problema.

O encobrimento do real está presente na etimologia da palavra surreal. De origem francesa, vem de *surreél* em que “*sur*” significa sobre e “*réel*” significa real (SURREAL, 2001). Ou seja, o surreal indica aquilo que se encontra *para além do real*. Ainda de acordo com o dicionário Houaiss (SURREAL, 2001),

o verbete *surreal* indica aquilo que denota estranheza ou que pertence ao domínio do sonho, da imaginação, do absurdo. Em outra acepção, tem o caráter de transgressão da verdade sensível, da razão. Temos ainda um significado na concepção da história da arte, em que o surreal indica aquilo que resulta da interpretação da realidade à luz do sonho e dos processos psíquicos do inconsciente (SURREAL, 2001). Todas essas definições estão presentes na realidade brasileira atual, em que, diante do real da pandemia, temos como resposta o surreal das ações do presidente.

É, portanto, com a atitude surreal da presidência, revelada no encobrimento do real, que vislumbramos o que Foucault (1976) tematiza como biopoder, que opera no país por ter o domínio na mortalidade. No entanto, concordamos com Mbembe (2016) que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Ele utiliza as noções de necropolítica e de necropoder para explicar as diversas formas pelas quais, na atualidade,

[...] armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016, p. 146).

Parece-nos que essa é a condição histórica de uma violência sistêmica (ZIZEK, 2014) que assola nosso país desde seu “descobrimento”. Trata-se da criação de indivíduos excluídos e dispensáveis, que, em última instância, se resumem em números. Nos termos de Agamben (2002), é a vida nua, uma vida somente biológica, apolítica e destituída de direitos. Uma vida matável.

Agamben (2002) utiliza a ideia foucaultiana de biopoder para articular os conceitos de poder soberano e de vida nua, e afirma que no campo moderno da política ocorre uma ligação indissolúvel entre a vida nua e a vida política. O autor utiliza o desígnio de *homo sacer* para compreender a biopolítica atual.

Vinda do direito romano arcaico, essa figura se refere àquele que cometeu um crime e tornou-se matável e, ao mesmo tempo, “insacrificável” segundo os ritos da punição. Trata-se daquele que não pode ser sacrificado, mas, caso seja morto, seu assassino não seria punido. A vida nua está relacionada à vida matável e “insacrificável” do *homo sacer*. Desse modo, “[...] vida e morte não são propriamente conceitos científicos, mas conceitos políticos, que, enquanto tais, adquirem um significado preciso somente através de uma decisão” (AGAMBEN, 2002, p. 171).

Nesse ponto, cabe inserirmos a perspectiva do psiquismo, traçando uma analogia da esfera social com o aparato psíquico. A figura do negacionismo (da periculosidade da contaminação com o vírus e da letalidade da doença), presente nos discursos oficiais, é um exemplo dessa analogia. Para a psicanálise, o negacionismo pode ser interpretado como uma espécie de defesa quando certas ideias são insuportáveis para o eu. O excesso pulsional ocasionado por esse fato faria com que o aparelho, como modo de proteção, recalcesse a ideia insuportável, mantendo-a inconsciente. Ocorre que, para além de uma defesa que recalca o que é intolerável, o negacionismo presente nos atos e falas do governo e de seus apoiadores revela discurso ideológico que, como todo discurso ideológico, opera uma inversão e produz um ocultamento da compreensão do real.

Nessa direção, Safatle (2020) afirma que, diferentemente do que nossa sociedade está acostumada a ver (a conhecida máquina necropolítica do Estado brasileiro), estamos diante de uma explosão de rituais públicos de autossacrifício e de violência. Essa dinâmica “suicidária” está presente em parte da população brasileira, que apoia o atual governo: a ideia de se sacrificar por um ideal, ainda que “este ideal não prometa nada mais do que o próprio sacrifício, nada além de um movimento permanente em direção à catástrofe” (SAFATLE, 2020).

O caráter de alienação, presente também na célebre expressão marxista “fazem isso sem saber” (MARX, [1867]/1973, p. 41), contém o conceito de ideologia como falsa consciência, como desconhecimento da realidade social

em que o sujeito está inserido. No entanto, a vivência brasileira parece estar próxima daquilo que Zizek (1996), utilizando a tese de Peter Sloterdijk¹, explica: o modo dominante de funcionamento da ideologia é cínico – e ele subverte a expressão marxista ao dizer: “Eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (ZIZEK, 1996, p. 313). Trata-se, portanto, daquilo que Zizek (1996, p. 313) nomeia por razão cínica, uma falsa consciência esclarecida: “[...] sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela”. Esse cinismo, portanto, é uma espécie perversa de “negação da negação” da ideologia oficial. Não estaríamos diante do cinismo da impostura do governo encontrado no necropoder?

É importante lembrar que a consciência para Marx é “prática” em si mesma, ou seja, é um ato que muda seu próprio objeto. Zizek (2010) aponta para essa ideia de que a transformação subjetiva ocorre no momento da declaração, não no momento do ato, e completa: “[...] toda declaração não só transmite algum conteúdo, mas, simultaneamente, *transmite o modo como o sujeito se relaciona com esse conteúdo*” (ZIZEK, 2010, p. 25, grifo do autor). Assim, as formações discursivas presentes nas falas do presidente revelam a ideologia das (in)ações governamentais, descortinando o modo cínico com que se relaciona com a pandemia. Exemplos desse discurso estão nas respostas do presidente diante das indagações da imprensa sobre as mortes ocorridas por consequência da covid-19:

1 SLOTERDIJK, Peter. Kritik der zynischen Vernunft, Frankfurt, 1983; traduzido como Critique of Cynical Reason, Londres, 1988, citado por ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Eu não sou coveiro, tá certo?²

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.³

Ainda com base na tese de Sloterdijk, Zizek (1996, p. 313) afirma que o clássico procedimento cínico consiste em confrontar as expressões patéticas da ideologia oficial dominante com a banalidade cotidiana e expô-las ao ridículo, assim, evidenciando “os interesses egoístas, a violência e as reivindicações brutais do poder”. Parece-nos que nem é preciso que sejam feitas essas confrontações, uma vez que o próprio presidente já as faz.

Os fragmentos discursivos apontados refletem o caráter cínico do discurso presidencial: ele reconhece, leva em conta o interesse que está por trás da universalidade ideológica (interesse dos jornalistas acerca do enfrentamento da pandemia) e distingue, nas palavras de Zizek (1996):

[...] a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara. Esse cinismo não é uma postura direta de imoralidade mais parece a própria moral posta a serviço da imoralidade (ZIZEK, 1996, p. 313).

Assim, entendemos que a razão cínica não é ingênua, mas é a contradição de uma falsa consciência esclarecida: “sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma

2 Em 20 de abril de 2020, o presidente Jair Bolsonaro interrompeu um jornalista que perguntava sobre a quantidade de mortos vítimas do novo coronavírus. O país estava contabilizando, em apenas um dia, dois mil casos e 113 vítimas fatais, chegando à marca de 40.581 casos e 2.575 mortes. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2020.

3 Em 28 de abril de 2020, em entrevista realizada na porta do Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro foi questionado sobre o número de mortes, que havia ultrapassado 5 mil. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 29 jun 2020.

universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela” (ZIZEK, 1996, p. 313).

Apesar do cinismo governamental, o real da morte está posto no cenário brasileiro. Sabemos que lidar com isso exige uma operação simbólica, para que a morte seja devidamente elaborada. O discurso cínico do presidente banaliza a morte, desrespeitando os falecidos e os enlutados. No entanto, para além do cinismo, temos um real que cobrará seu preço, que pode ser traumático e deixar sintomas atrás de si.

Real, trauma, sintoma social

A concepção de trauma é vastamente discutida entre os psicanalistas das diversas abordagens e sofreu algumas movimentações ao longo da construção da teoria freudiana. Em um texto, dedicado à teoria do recalque, Freud ([1915]/2004) aloca esse conceito em um lugar estrutural. Ele afirma que o processo do recalque só se torna acessível quando partimos de seus efeitos e deduzimos retroativamente. Isso porque, em geral, o recalque cria uma formação substitutiva, ou seja, ele deixa sintomas atrás de si. É por isso que, em psicanálise, entendemos que o esquecimento que produz sintoma é da ordem do recalque.

Em *Inibições, sintomas e angústia* ([1925-1926]/1996), Freud afirma que recalca-se aquilo que provoca angústia e a angústia é desencadeada pelo sentimento de desamparo, pois ela pode se vincular à expectativa, pertencendo à situação de perigo, ou, em sua vertente de falta de objeto, à situação traumática do desamparo.

Rudge (2009), com base na teoria lacaniana, afirma que o sujeito será constituído no universo simbólico, a partir de sua inserção na rede significante. Como nem tudo pode ser assimilado, algo fica de fora, o que Lacan nomeia de real. O real seria, pois, aquilo que escapa à simbolização. Trata-se de uma irrupção violenta, que retira o sujeito do conforto alienante sustentado pela fantasia, que segundo Rudge (2009, p. 65), “[...] funciona como um anteparo ou tela que recobre e protege contra o real traumático”.

Assim, a morte – que por si só requer uma simbolização, pois trata-se de um acontecimento que desloca o sujeito e o lança a um real que necessita de simbolização –, em tempos de pandemia, pode ter consequências traumáticas, já que o alto grau de contaminação do vírus da covid-19 impõe protocolos restritos para lidar com aqueles que morrem em decorrência dessa doença.

A publicação do Ministério da Saúde sobre o manejo de corpos no contexto do novo coronavírus orienta que a embalagem do corpo deve seguir três camadas: a primeira com lençóis, a segunda em saco impermeável próprio e uma terceira camada em um segundo saco (externo), além de passar por uma desinfecção com álcool 70%, solução clorada 0,5% a 1% ou outro saneante regularizado pela Anvisa, que seja compatível com o material do saco. Após esse procedimento, deve ser colocada uma etiqueta com identificação do falecido, além da informação relativa ao risco biológico: covid-19, agente biológico classe de risco 3. Antes de ser entregue aos familiares, o corpo deve ser acomodado em uma urna, que também deve ser lacrada (BRASIL, 2020).

Velórios e funerais de pacientes suspeitos ou confirmados da covid-19 não são recomendados durante os períodos de isolamento social e quarentena e, caso sejam realizados, deve-se manter a urna funerária fechada, em local aberto ou ventilado, e evitar qualquer tipo de contato com o corpo. A cerimônia de sepultamento deve ocorrer com no máximo dez pessoas, sendo respeitada a distância mínima de dois metros entre elas, devido à contraindicação de aglomerações (BRASIL, 2020).

Toda cultura possui rituais de sepultamento para homenagear seus mortos, que são necessários, uma vez que a morte é um acontecimento difícil de simbolizar. Assim, a cerimônia que pertence à morte, em nossa cultura, com a reunião dos familiares e amigos e o velório com o corpo presente, é impossibilitada nos casos acometidos pela covid-19, devido ao risco de contágio. Com isso, remove-se o ritual, essencial para fazer um anteparo diante do real da morte e fundamental para o auxílio do trabalho psíquico de elaboração da perda.

Kehl (2010), em texto que trata de tortura e sintoma social, aborda os efeitos sintomáticos presentes na sociedade brasileira devido ao “perdão” oferecido aos militares com a anistia, na ocasião do término da ditadura brasileira. Para a autora, o fato de não ter sido exigido, por parte dos militares, o reconhecimento dos crimes cometidos, tampouco um pedido de perdão, causou traumas que, como real não simbolizado, produziram efeitos sintomáticos de repetição. A psicanalista afirma que, assim como o sintoma individual pode se tornar crônico, o sintoma social também pode se agravar com o tempo. Isso porque a exclusão das possibilidades de simbolização, devido ao perdão sem exigência de reparação – ou seja, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos – também resulta em sintoma social. Nas palavras da autora: “Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras” (KEHL, 2010, p. 126).

Tais repetições podem ser observadas diante da quantidade de votos que elegeram, democraticamente, o atual presidente, que nunca escondeu seu flerte com o autoritarismo e o fascismo, revelado em apologias à tortura⁴, à ditadura militar, à misoginia. Durante a crise sanitária que atravessa o país, é comum sua participação nas manifestações em defesa de atos inconstitucionais⁵.

4 Durante a votação no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o então deputado Jair Bolsonaro dedicou seu voto a favor do impeachment à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, lembrando ter sido ele o “pavor de Dilma Rousseff”. Vale lembrar que Ustra foi chefe do DOI-Codi (órgão de repressão política) do Exército de São Paulo e, sob seu comando, ao menos 50 pessoas foram mortas ou desaparecidas e outras 500 torturadas, durante o regime militar entre 1970 e 1974, ocasião em que a ex-presidenta foi presa e torturada (DELLA BARBA; WENTZEL, 2016).

5 Nos diversos meios de comunicação, são veiculadas as manifestações pró-governo nas quais são comuns a presença de faixas com palavras de ordem a favor da intervenção militar, do fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. A presença do presidente também é recorrente, em especial em Brasília, onde comumente, mesmo com a orientação de afastamento social devido ao risco de contaminação pela covid-19, aparece em meio à multidão, sem máscara, cumprimentando seus apoiadores.

Trata-se do retorno do recalcado, revelado pela repetição, devido à ausência da simbolização que poderia ter sido viabilizada pelo reconhecimento dos crimes cometidos na ocasião da ditadura militar. Nesse sentido, o “esquecimento”, que em psicanálise nomeia-se recalque, não é sem consequência, e parece-nos que o retorno está na crise entre os poderes que é alimentada pelo chefe do executivo e paralisa a administração pública que deveria estar voltada para o combate da pandemia. No entanto, a situação específica da pandemia, somada à crise política em que o país se encontra, revela-nos o caráter surreal, que, também, não será sem consequências.

Considerações finais

Como nos lembra Mbembe (2016, p. 124), diferentemente da guerra, a política é definida como “[...] um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento”. Falar de projeto de autonomia e de realização de acordo em uma comunidade demonstra o imprescindível da organização humana: a capacidade de negociação via simbólico. Isso porque o campo da política é o oposto do campo da guerra. Trata-se de um campo em que os conflitos são tratados pela palavra, ou seja, para que haja política é necessário que a violência ou mesmo o exercício do poder sejam suspensos. Ao suspender o ato direto e inserir o campo da palavra, a política emerge.

É nesse sentido que Lacan ([1957-1958]/1999), no seminário *As formações do inconsciente*, assevera que o que pode ser produzido em uma relação inter-humana é a violência ou a fala. A violência está vinculada à noção de pulsão de morte, àquilo que não se conecta com a palavra e que, portanto, excede a capacidade de representação do aparelho psíquico. Por isso, seu correlato é a compulsão à repetição, já que não é passível de tratamento pela linguagem.

Associada à ideia de excesso pulsional, a violência pode eclodir como um gozo sem mediação. A noção de gozo presente no seminário *A ética da psicanálise* (LACAN, [1959-1960]/1991) se apresenta como satisfação de uma

pulsão e não como satisfação de uma necessidade. Nesse sentido, a violência, na perspectiva lacaniana, pode ser considerada sintoma.

Ao longo de sua obra, Freud ([1926]/1996) concebe o sintoma como expressão de um conflito psíquico, satisfação pulsional e mensagens do inconsciente advindas dos mecanismos de deslocamento e condensação (FREUD, [1900]/1996). Diz respeito, portanto, a uma satisfação substituta, uma formação de compromisso entre as representações recalçadas e as instâncias recalçadoras e não se encontra diretamente ligada ao sofrimento (FREUD, [1920]/2006). A psicanálise nos mostra, então, a partir do deciframento dos sintomas, que aquilo que não é simbolizado vai se fazer surgir.

Kehl afirma que “todo agrupamento social padece, de alguma forma, dos efeitos de sua inconsciência” (KEHL, 2010, p. 124). A autora exemplifica como inconscientes em uma sociedade “as passagens de sua história relegadas ao esquecimento”, bem como “as demandas silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar” (KEHL, 2010, p. 124).

Entendemos que as imposturas, por parte da liderança brasileira, não passarão inócuas. A banalização da pandemia pelas autoridades mostra-se como um ato de violência para a maior parte da população⁶, mas, em especial, para a parcela que perdeu pessoas próximas. No que tange à explicação acerca da linguagem como condição de possibilidade de renúncia à violência, concordamos com Žizek (2014) que “a violência verbal não é uma distorção secundária, mas o último recurso de toda violência especificamente humana” (ŽIZEK, 2014, p. 63). Parece-nos que as imposturas reveladas em forma de linguagem cínica têm efeito de ato violento e, portanto, podem ter resultados traumáticos e repetições sintomáticas que somente serão observadas *a posteriori*.

6 Pesquisa on-line com 120 mil pessoas, realizada pela empresa alemã Dalia Resarch em 53 países e divulgada em 18/06/2020, revela que a população brasileira é a mais insatisfeita com as ações governamentais contra a pandemia, com somente 34% de aprovação. Vale informar que a média global de satisfação apontada pela pesquisa foi de 70%. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Papel-de-coordenador-nacional-do-Ministerio-da-Saude-e-fundamental>. Acesso em: 5 jun. 2020.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Manuseio de corpos no contexto do novo coronavírus – COVID-19**. Brasília DF. Versão 1. 25 mar. 2020. Disponível em: https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/manejo_corpos_coronavirus_versao1_25mar20_rev3.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

DELLA BARBA, Mariana; WENTZEL Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil**. São Paulo / Basileia (Suíça). 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 27 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 20. Rio de Janeiro: Imago, [1925-1926]/1996.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. *In*: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 2. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, [1920]/2006.

FREUD, Sigmund. O Recalque. *In*: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 1. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, [1911-1915]/2004.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 4. Rio de Janeiro: Imago, [1900]/1996.

IAZI, Mauro. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. Posfácio. *In*: ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1959-1960]/1991.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1957-1958]/1999.
- MARX, Carlos. **El capital**. Crítica de la economía política. Tomo 1. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, Instituto cubano del libro, [1867]/1973.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Arte & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dez. 2016.
- RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- SAFATLE, Vladimir. Preparar-se para a guerra. **El país Brasil**. Opinião. 20 abr. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra.html?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR. Acesso em: 21 abr. 2020.
- SURREAL. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Marur de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2646.
- ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.